



IUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PREÇO E ESCOLHA

Processo Administrativo: n.º 010/2021
Dispensa n.º: 007/2021

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a para Contratação de Prestação de Serviço de Implantação de rotinas administrativas para a Câmara Municipal de Barão de Grajaú - MA.

Após análise das propostas apresentadas pelas empresas, verificamos que a referida solicitação revela-se imperiosa visando o atendimento a legislação em vigor.

Ressalta-se que consta a Proposta de preços elaborada pela empresa **CONTROLE GESTÃO PÚBLICA EIRELI, CNPJ n.º 40.521.092/0001-70**, devidamente analisada pela Autoridade Competente da Câmara Municipal de Barão de Grajaú, no qual evidencia os serviços a serem contratados.

II - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.



Entretanto, há aquisi es e contrata es que possuem caracteriza es específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licita es nos trâmites usuais, frustrando a realiza o adequada das fun es estatais.

Na ocorrência de licita es impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exce es   regra, as Dispensas de Licita es e a Inexigibilidade de Licita o. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que   cabível a dispensa de licita o:

"Art. 24   dispensável a licita o:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II (R\$ 8.000,00) do artigo anterior, e para aliena es, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou aliena o de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licita o com base jurídica no inciso II do art. 24 da Lei n  8.666/93, com valores atualizados pelo decreto Federal 9.418/2019 para R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)

III - DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTA O

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo  nico:

"Parágrafo  nico - O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruido, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracteriza o da situa o emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documentos de aprova o dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

Os atos em que se verifique a dispensa de licita es são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licita o, consagrando-se como exce es a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato da presente contrata o estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei n  8.666/93, o que justifica a contrata o direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmenta o de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licita es.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em fun o do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realiza o das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *"Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento*



da despesa com várias aquisi es ou contrata es no mesmo exercício, sob modalidade de licita o inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento." - Manual TCU.

A Constitui o Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condi es a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licita o corresponde a procedimento administrativo voltado   sele o mais vantajosa para a contrata o desejada pela Administra o Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contrata o indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra *Contrata o Direta sem Licita o*, páginas 154/159, 5ª edi o, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas as União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licita o, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infra o legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orienta o foi consagrada também em publica o oficial do TCU intitulada *Licita es e Contratos – Orienta es Básicas*, Brasília:

"  vedado o fracionamento de despesa para ado o de dispensa de licita o ou modalidade de licita o menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se   despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licita o, as demais contrata es para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realiza o de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmenta o de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

Contudo, foi averiguada e atestada a inexistência de fracionamento indevido de despesas, sobretudo por meio da verifica o de que o valor limite total para a dispensa de licita o ainda não ultrapassou, no exercício financeiro, o somatório de todas as despesas relativas ao subelemento orçamentário específico para cada compra que se pretende contratar.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE



Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a empresas especializadas, tendo a empresa **CONTROLE GESTÃO PÚBLICA EIRELI**, apresentado preços compatíveis com os praticados nos demais órgãos da Administra o.

A presta o de serviços disponibilizado pela empresa supracitada   compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas   verifica o do critério do menor preço.

V - DAS COTA OES

No processo em epígrafe, verificou-se a necessidade de cota oes devido   natureza do objeto do procedimento.

Contudo, após julgamento das cota oes enviada   Câmara constatou-se que a empresa **M. R. S. MENDES EIRELI - ME** ofereceu a melhor proposta, que motivou a autoriza o da contrata o e a solicita o de documentos de habilita o, contidos nos autos do processo.

Assim, diante do exposto nos documentos, restou comprovado valor ofertado foi de **R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)** pela Presta o de serviço de digitaliza o de documentos contábeis da Câmara Municipal de Barão de Grajaú.

VI - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“adotar como regra a realiza o de coleta de preços nas contrata oes de serviço e compras dispensadas de licita o com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93” (Decisão n  678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

“Proceda, quando da realiza o de licita o, dispensa ou inexigibilidade,   consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).” Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situa o pertinente a Dispensa de Licita o.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orienta o   que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida   coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cota o, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilita o jurídica, qualifica o técnica, qualifica o econ mico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.



Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VII - DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a prestação de serviços pretendidos, foi:

EMPRESA: CONTROLE GESTÃO PÚBLICA EIRELI

ENDEREÇO: Rua 13 Qd 09 Número 41 - Vinhais- CEP: 65071 - 330, São Luís/MA.

CNPJ: 40.521.092/0001-70

VIII - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

"Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista.

IX - DO CONTRATO

Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente a prestação dos serviços, será elaborado um Termo de Contrato, de acordo com a legislação vigente.

X - CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração contratá-lo sem qualquer